

Igarapava, 08 de março de 2023.

Exmo. Sr.

Dr. DIMAS RAMALHO

DD. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – SP

Ref.: PROCESSO: TC - 3107.989.20-4

Órgão Público: Prefeitura do Município de Igarapava

Assunto: Contas Anuais

Exercício: 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, neste ato representada pelo seu Prefeito, Sr. José Ricardo Rodrigues Mattar, inconformada com o Parecer Prévio Desfavorável emitido em face de suas Contas Municipais, relativas ao exercício de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado em 16 de dezembro de 2022 (e que para efeito da contagem dos prazos deverá desconsiderar o período compreendido entre os dias 19.12.22 a 20.01.2022, retomando-se a fruição em 23.01.2022, nos termos do Ato GP nº 23/22, bem como os dias 20, 21 e 22.02.23, em função do feriado de carnaval, nos termos do Ato GP nº 03/23, bem como, consoante o entendimento externado no âmbito do Pleno dessa E. Corte, no sentido de reputar a “quarta-feira de cinzas” como dia não útil¹), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, dar continuidade ao seu direito de defesa, mediante apresentação do presente **PEDIDO DE REEXAME**, consoante previsto nos artigos 70 e 71 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, o que faz nos seguintes termos:

¹ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE AGRAVO EM FACE DE RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO CONTRA R. DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO TC-039766/026/15 – INDEFERIMENTO LIMINAR - INTEMPESTIVIDADE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO – INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 207, §1º, DO REGIMENTO INTERNO

Como mencionado, trata-se de autos que abrigam a análise das Contas do Executivo Municipal de Igarapava, alusivas ao exercício financeiro de 2020, no âmbito das quais, **em que pese a constatação da situação de regularidade em relação à quase totalidade dos quesitos considerados relevantes no âmbito de análises de contas,** receberam parecer desfavorável à sua aprovação, tendo em vista dois pontos, delimitados na correspondente ementa do Voto proferido, quais sejam: (a) a constatação de que não teriam sido efetuados todos os aportes ao RPPS compromissados pelo Município; (b) bem como pelo alegado baixo desempenho do Município no IEGM.

Contudo, por não se conformar com o que fora decidido, é que expõe a Municipalidade, nesta oportunidade, o seu apelo de reversão do Parecer originalmente exarado, considerando os argumentos, fatos e ponderações abaixo delineadas:

Antes de adentrar ao mérito de ambos os pontos levados em consideração para o posicionamento de reprovabilidade tido em relação às presente Contas, cremos importantíssimo contextualizar Vossa Excelência a respeito das contas em questão, como um todo, e das características de que a mesma se reveste.

Nesse sentido, cumpre primeiramente ressaltar que estamos tratando de Contas no âmbito das quais **paira inequívoca regularidade e lisura em relação a TODOS os pontos tidos como determinantes sob o enfoque "quantitativo" e/ou concernentes aos aspectos objetivos da análise, dentre os quais se inclui a constatação de regularidade da instituição e funcionamento do controle interno, o atendimento aos mínimos constitucionais de saúde e educação, a regularidade no que concerne à aplicação do FUNDEB (não obstante ter se tratado de ano da pandemia, e com isso naturalmente a redução de diversos gastos afetos ao ensino), a conformidade dos repasses dos duodécimos devido à câmara, a regularidade das receitas e despesas empregadas no combate à pandemia, bem como a regularidade da instituição e funcionamento do controle interno.**

Não só isso, na seara fiscal, igualmente reconhece-se adequada ordem, haja vista a ocorrência de superávit da execução orçamentária (o que já havia ocorrido no exercício de 2019, só que em menor patamar), bem como agora, também, um superávit financeiro (revertendo-se, finalmente, uma situação gravemente deficitária herdada de gestões anteriores), por meio do qual concluiu-se a capacidade de honra dos compromissos de curto prazo, pelo Município, além de resultados econômico e patrimonial positivos, a realização de investimentos equivalentes a 6,40% da Receita Arrecadada Total (OU SEJA, MESMO SE TRATANDO DO PRIMEIRO ANO DA PANDEMIA, OS INVESTIMENTOS FORAM SUPERIORES EM RELAÇÃO AOS REALIZADOS NO ANO DE 2019, EQUIVALENTES A 2,56% NAQUELE ANO), cumprindo por fim chamar a atenção para o fato de que o ano de 2020 foi o primeiro no qual, POR CONSEQUÊNCIA DE UM CENÁRIO QUE FOI CONSTRUÍDO PELA GESTÃO DESDE O INÍCIO DE SEU MANDATO, O DÍVIDA FUNDADA MUNICIPAL DECRESCER 17,28%, sendo que no ano anterior experimentou aumento, embora pequeno, equivalente a 1,19%.

Registre-se, por fim, que estamos falando de contas no âmbito das quais, em mais um ano, após revertido, EM 2018, o cenário desfavorável em relação aos precatórios, Igarapava PERMANECEU ADIMPLENTE, CONSOANTE ATESTADO PROPRIAMENTE PELA DEPRE, bem como, por se tratar do último ano do mandato, verificou-se o cumprimento do art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a não ocorrência de aumento das despesas com pessoal nos últimos 180 dias do mandato, bem como, no que tange à legislação eleitoral, cumpriram-se os limites de gastos com publicidade, bem como não foram criados programas de distribuição gratuitas de bens, valores ou benefícios, **inexistindo dúvidas, portanto, do panorama extremamente favorável que aqui vislumbramos.**

Nesse diapasão, **quanto ao mérito do presente Pedido de Reexame**, concernentemente ao primeiro ponto considerado como irregularidade apta à reprovação das contas, qual seja: a falta de recolhimento de parcelas referentes ao aporte a ser repassado ao RPPS, cremos, primeiramente, que duas situações devem ficar bem claras: a primeira, que estamos aqui falando da falta de recolhimento atinente **ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE às parcelas relativas aos aportes financeiros de nosso RPPS, assumidas pela Prefeitura, para ocorrerem durante o exercício de 2020, mais especificamente relativas às competências de março a dezembro/20.**

A segunda: que estamos aqui falando de uma situação no âmbito da qual, restou reconhecido no próprio Voto, que mesmo considerando-se o valor da importância não recolhida de referidos aportes (que totalizaram R\$ 6.148.557,50 e não foram empenhados) no cômputo do resultado da execução e financeira do exercício, e assim hipoteticamente realizarmos ajustes (como se despesas fossem), **mesmo assim, ambos continuariam superavitários.**

Não se trata, portanto, da utilização de qualquer artifício para eventualmente “mascarar” uma situação de equilíbrio fiscal (postura essa, sim, que, consoante já vimos exemplos na Jurisprudência desse E. Corte, poderia levar à reprovação das contas), razão pela qual pode-se afirmar categoricamente que, independentemente dessa variável, em 2020 o Município atenderia aos preceitos do art. 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dentro desse contexto, Excelência, faz-se necessário explicitar de forma pormenorizada a situação do Município frente às suas obrigações relativas aos pagamentos dos encargos sociais, durante o exercício de 2020.

Consoante desde o início foi reconhecido pela d. Fiscalização desse E. Tribunal de Contas, e também pelo n. Relator das Contas no âmbito do seu Voto, consta nos autos que a Prefeitura quitou integralmente as importâncias devidas ao INSS, FGTS, PASEP, e às contribuições devidas ao seu RPPS, **tendo sido, por meio de documentos insertos nos autos, anexos ao Relatório Final da Fiscalização, NO QUE CONCERNE ÀS OBRIGAÇÕES DEVIDAS AO INSS E AO RPPS, COMPROVADA A QUITAÇÃO INTEGRAL DOS RECOLHIMENTOS DA COTA PATRONAL, E DEVIDOS PELOS SERVIDORES.**

Como também consta reconhecido no Voto, a Prefeitura também honrou os parcelamentos celebrados com o PREVIGARAPAVA, celebrados por força das Leis Municipais nº 756 e 757/2017, editadas, por sua vez, diante de expressa autorização concedida aos Municípios através da Portaria Interministerial nº 333/2017, encontrando-se em curso de vigência quatro parcelamentos, relacionados no quadro constante da fl. 28, do Voto, **todos com as suas parcelas devidas no exercício de 2020 devidamente quitadas:**

Lei Municipal autorizadora	Nº do acordo	Valor total parcelado	Quantidade de parcelas	Vencimento da primeira parcela	Parcelas pagas em 2020
756/2017	1828/17	R\$ 3.211.236,72	200	10/12/2017	12 (26ª a 37ª)
756/2017	1829/17	R\$ 539.800,88	200	10/12/2017	12 (26ª a 37ª)
756/2017	1830/17	R\$ 9.868.252,11	200	10/12/2017	12 (26ª a 37ª)
757/2017	0052/18	R\$ 3.742.299,50	60	20/01/2018	12 (25ª a 36ª)
TOTAL		R\$ 17.361.589,21			

Registre-se, também, Excelência, que como bem reconhecido no Voto, havia um acordo celebrado entre a Prefeitura e o RPPS no exercício financeiro de 2011 (OU SEJA, SEIS ANOS ANTES DO INÍCIO DA ATUAL GESTÃO), coincidentemente também referente aportes financeiros, autorizados por meio da LEI MUNICIPAL Nº 498/2011, o qual havia sido inicialmente (ou seja, naquela época) calculado em R\$ 17.650.757,63, e que seria quitado em 420 parcelas mensais de R\$ 42.025,61, com a primeira parcela vencida em outubro/2011.

Em relação a esse, conforme apurado pela Fiscalização, apenas as 35 primeiras parcelas foram pagas pelo Município (UMA RESPONSABILIDADE TAMBÉM RELATIVA A GESTÕES ANTERIORES), sendo então o parcelamento abandonado em setembro de 2014 (OU SEJA, TAMBÉM POR GESTÃO ANTERIOR), **mas retomado justamente por esta atual Administração, que tomando conhecimento de sua existência, a partir de 2018 passou a dar continuidade aos referidos pagamentos, SENDO, CONSOANTE COMPROVA-SE POR MEIO DO DEMONSTRATIVO QUE SEGUE EM ANEXO (DOC. 01) QUITADAS AS 12 PARCELAS ALUSIVAS AO EXERCÍCIO DE 2020.**

Assim, Excelência, como bem delimitado no Voto, **a única porção das contribuições devidas pelo Município ao seu RPPS que não foram repassadas em sua totalidade no exercício de 2020 foram aquelas relativas aos aportes financeiros, ESPECIFICAMENTE ALUSIVOS AO EXERCÍCIO DE 2020, competências março a dezembro/2020, que totalizaram R\$ 6.148.557,50.**

Todavia, Excelência, como já é do conhecimento dessa E. Corte, a suspensão dos pagamentos de contribuições previdenciárias devidas pelo Município aos seus respectivos Regimes de Previdência foi uma das opções que expressamente foram facultadas aos referidos entes por expressa disposição do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 173/2020, ao estabelecer, em território nacional, o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus:

Art. 9º - Ficam suspensos, na forma do regulamento, os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.

(...)

§ 2º - A suspensão de que trata este artigo se estende ao recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, desde que autorizada por lei municipal específica.

Por sua vez, tendo sido o referido dispositivo da LC nº 173/2020 regulamentado pela Portaria Ministerial nº 14.816, de 19 de junho de 2020, que ao dispor especificamente da sua aplicação a valores devidos pelos Municípios aos seus Regimes Próprios de Previdência Social, definiu, expressamente nos parágrafos 1º e 2º do seu art 1º², que a título de “contribuições previdenciárias patronais com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020” podem ser consideradas todas aquelas previstas no plano de custeio do RPPS, para cobertura DE CUSTOS NORMAL OU SUPLEMENTAR, OU POR MEIO DE APORTES PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL, não há dúvidas de que os aportes para amortização do déficit atuarial do PREVIGARAPAVA, regularmente estabelecidos por meio do Decreto nº 2211, de 16 de janeiro de 2020 (DOC. 02), poderiam, SEM DÚVIDA ALGUMA, ser objeto da medida de suspensão dos pagamentos, como de fato UNICAMENTE foram.

Ou seja, trata-se a deliberação de suspensão dos referidos pagamentos de uma conduta expressamente prevista por Legislação e Normatização, editadas especificamente para aquela época, e que, ademais, não impunha qualquer condição específica (obrigando, por exemplo, a configuração de um déficit financeiro ou orçamentário, por exemplo) para que fosse levada à efeito, **além, obviamente, de uma justa motivação por parte da Administração, eis tratar-se de preceito constitucional a ser observado.**

E no caso em tela, conforme bem explicitado em sede de sustentação oral, justamente diante da situação de indefinição e extrema calamidade em que se encontravam, sem exceção, todos os Municípios Paulistas em virtude da Pandemia, consequência da quase paralisação da atividade econômica, refletindo não apenas na arrecadação pública, como também na necessidade de muito maior suporte no ramo da assistência social e saúde, e principalmente sabendo que sequer tínhamos previsão de término da

² Art. 1º A aplicação da suspensão prevista no art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 2020, aos valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS depende de autorização por lei municipal específica.

§ 1º A lei municipal deverá definir expressamente a natureza dos valores devidos ao RPPS que serão alcançados pela suspensão de que trata o caput, limitados a:

(...)

II - contribuições previdenciárias patronais devidas pelo Município e não pagas, relativas às competências com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.

§ 2º Para os efeitos do inciso II do § 1º, consideram-se contribuições patronais aquelas previstas no plano de custeio do RPPS, de que trata o art. 47 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, instituídas por meio de alíquotas, para cobertura dos custos normal ou suplementar, ou por meio de aportes estabelecidos em planos de amortização de déficit atuarial, devendo a lei municipal especificar se a autorização da suspensão abrange essas três espécies ou apenas alguma delas.

Pandemia, além do fato de que certamente não teríamos o mesmo socorro financeiro da União, concedido em 2020, é que optou a Administração Municipal por suspender o repasse, **repita-se, apenas e tão somente da específica contribuição repassada ao RPPS a título de aporte, HONRANDO TODOS OS DEMAIS ENCARGOS.**

Esclareça-se, Excelência, que inobstante o não atendimento da exigência legal APENAS E TÃO SOMENTE EM RELAÇÃO AO MOMENTO NO QUAL A LEI MUNICIPAL AUTORIZANDO A SUSPENSÃO FOI EDITADA, **POIS COMO COMPROVADO, DE QUALQUER FORMA HOUVE A EDIÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 925, DE 29.12.2020, AUTORIZANDO A SUSPENSÃO E AUTORIZADO A CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE PARCELAMENTO, FOI O ACORDO PACTUADO EM 05.02.21, BEM COMO, ACIMA DE TUDO, TAL COMO COMPROVA-SE POR MEIO DOS DOCUMENTOS AQUI ACOSTADOS (DOC. 03), TODAS AS CORRESPONDENTES PARCELAS FORAM E ESTÃO SENDO QUITADAS.**

INCLUSIVE, A RESPEITO DA POSTURA DE PRIORIZAR HONRAR OS SEUS COMPROMISSOS, DESDE O INÍCIO ADOTADA PELA GESTÃO, IMPENDE-NOS SALIENTAR QUE FOI JUSTAMENTE A PARTIR DO INÍCIO DO ATUAL GOVERNO QUE O MUNICÍPIO DE IGARAPAVA, VINDO DE UM HISTÓRICO DE GRANDE INADIMPLÊNCIA, NÃO APENAS ALUSIVAS AOS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS DEVIDOS NO CURSO DE CADA EXERCÍCIO, QUANTO TAMBÉM DE PARCELAMENTOS A ESSE TÍTULO PACTUADOS E EM VIGÊNCIA, BEM COMO INCLUSIVE DE DÉBITOS COM PRECATÓRIOS, FORAM DEFINITIVAMENTE RESOLVIDOS.

Ainda nesse passo, nunca é demais rememorar que foi a partir de 2017 que, autorizado pela Portaria Interministerial nº 333/17, o Município pactuou acordos envolvendo contribuições previdenciárias objetos de longos atrasos, bem como de parcelas de acordos em curso e nunca honrados, que uma vez pactuados **jamais deixaram de ser pagos em dia (como inclusive reconhece o n. Relator em seu VOTO)**, além do fato de que (embora não seja matéria de análise nesta oportunidade), foi também a partir de 2018, depois de uma grave herança de inadimplência, apresentados planos de pagamento dos precatórios em débito, pelo Município, **e a partir de então a questão nunca mais foi objeto de apontamento, encontrando-se os precatórios em situação de plena regularidade.**

Tanto é isso que, como sabido, as contas relativas aos exercícios de 2018 e 2019 do Executivo de Igarapava foram objeto de emissão de parecer favorável, por parte dessa E. Corte de Contas.

Registre-se, outrossim, que como também observou o n. Relator em seu Voto, uma vez tendo havido, por parte deste Governo, o reconhecimento da existência de um acordo de parcelamento firmado entre o Município e o seu RPPS, no ano de 2011, também relativo a aporte financeiro, em 420 parcelas, por força da Lei Municipal nº 488/2011 **(ou seja, um acordo celebrado 06 anos antes desta Gestão), O QUAL DESCOBRIU-SE ABANDONADO E SEM PAGAMENTO DESDE SETEMBRO DE 2011, foi justamente no âmbito desta atual Gestão Governamental que o mesmo foi retomado, em fevereiro**

de 2018, e desde então passou a ser rigorosamente honrado, INCLUSIVE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020, CONSOANTE COMPROVA-SE O DEMONSTRATIVO EM ANEXO.

Portanto, em que pese todo respeito devido, bem como o reconhecimento acerca do sempre presente bom senso e temperança de que se revestem as decisões prolatadas pelo n. Relator do presente processo, **conclui-se, todavia, que neste caso apresenta-se de certa forma temerária a afirmação (a qual, inclusive, entendemos ter sido uma das grandes impulsionadoras do parecer desfavorável emitido), no sentido de que, em 2020 a Prefeitura teria incorrido em deliberada protelação de suas obrigações, impactando o equilíbrio financeiro do seu atuarial do seu RPPS, colocando em risco os seus segurados, bem como onerando desnecessariamente os cofres municipais com multas e juros.**

A uma: porque como bem demonstrado, de todos os encargos possíveis de suspensão, cuja autorização decorria de expressa Lei Federal, ocorreram apenas e tão somente a essa suspensão em relação à parcela correspondente aos aportes de déficit atuarial, tendo sido, por outro lado, QUITADAS TODAS AS DEMAIS, RELATIVAS ÀS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO INSS E AO RPPS DE TODAS AS COMPETÊNCIAS DO EXERCÍCIOS, BEM COMO TODOS OS PARCELAMENTOS QUE SE ENCONTRAVAM EM CURSO EM 2020, INCLUINDO-SE, DENTRE ELES, UM PARCELAMENTO QUE HAVIA FICADO POR 06 ANOS, ANTES DO INÍCIO DESTA GESTÃO, ABANDONADOS SEM PAGAMENTO, motivo pelo qual, contrariamente a qualquer postura desidiosa ou protelatória, **é possível afirmar, com segurança, que o Administração, na realidade, visou o menor impacto de seus cofres, conjuntamente com a sustentabilidade de seu RPPS, ADOTANDO APENAS UMA DAS MEDIDAS (DENTRE TANTAS OUTRAS QUE PODERIA TER LANÇADO MÃO), JUSTAMENTE COM A FINALIDADE DE PRESERVAR A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA E EQUILÍBRIO FINANCEIRO, QUE FINALMENTE, APÓS TANTOS ANOS DE TRABALHO, HAVIA CONQUISTADO, ADOTANDO-A DIANTE DE UM CENÁRIO DE PATENTE INCERTEZA E RISCO QUE SE APRESENTAVA AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020.**

E tanto tudo isso é verdade que, consoante comprovam-se todas as correspondentes certidões que seguem em anexo (DOC 04), durante todo o exercício financeiro de 2020, o Município de Igarapava ostentou Certidão de Regularidade Previdenciária, SITUAÇÃO QUE SE MANTÉM ATÉ OS DIAS DE HOJE.

Registre-se, por fim, e novamente em que pese o acatamento sempre dispensado, a provável ocorrência de um grave equívoco contido no Voto, **no sentido de ter sido sopesado, para a emissão do parecer desfavorável aqui fustigado, a celebração de acordo de parcelamento previdenciário NO INÍCIO DE 2022 (mais precisamente em 18.02.22), relativo a aportes para amortização do déficit atuarial do RPPS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021, em contrariedade, portanto, ao princípio da anualidade, tão amplamente defendido e trazido à baila no âmbito das decisões proferidas por essa E. Corte de Contas.**

Assim, por todo o exposto, outro não pode ser o apelo da Municipalidade, senão pela provimento de reversão contido no seu apelo.

De outra banda, e não menos importante, concernentemente ao segundo e derradeiro ponto considerado para a emissão do parecer desfavorável que aqui se pretende reversão: qual seja, o desempenho do Município no IEGM, mais uma vez cumpre esposar o inconformismo desta Municipalidade.

Nesse sentido, primeiramente cumpre mencionar que o Município de Igarapava não se enquadra nas situações no âmbito da quais alguns julgados oriundos da 1ª Câmara dessa E. Corte de Contas deliberaram como passíveis da emissão de parecer desfavorável em relação às suas respectivas contas alusivas ao exercício de 2020: quais sejam: (a) todas as notas gerais do IEGM, de todos os exercícios do mandato (2017/2020), classificadas na faixa C; e/ou (b) todas as notas, de todos os segmentos do IEGM (planejamento, fiscal, educ, saúde, ambiental, cidade e gov-TI), classificadas na faixa C, consoante comprova o respectivo quadro, extraído do Relatório:


e) Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM):

INDICADOR TEMÁTICO	2017	2018	2019	2020
IEG-M:	C ↓	C+ ↑	C ↓	C ↑
I-PLANEJAMENTO:	C ↓	C ↓	C ↓	C+ ↑
I-FISCAL:	C ↓	C+ ↑	B ↑	C ↓
I-EDUC:	C ↓	C+ ↑	C ↓	C ↑
I-SAÚDE:	B ↓	B ↓	C ↓	B ↑
I-AMB:	C ↓	C+ ↑	C ↓	C ↑
I-CIDADE:	C ↑	C ↑	C	C ↓
I-GOV TI:	C ↓	B ↑	C ↓	C ↑

Primeiramente porque, como amplamente já debatido no âmbito dessa E. Corte de Contas, bem como expressamente reconhecido no âmbito da análise das presentes contas, incontroverso que o Município de Igarapava caminha em sentido de evolução, tendo em vista todo o contexto de inequívoca lisura e regularidade de que se reveste as Contas em apreço.

Nesse sentido, resta reconhecido, no âmbito próprio Voto, a ocorrência de superávit da execução orçamentária, de superávit financeiro (revertendo, por meio de crescente evolução, situação deficitária que veio sendo reduzida ano a ano, desde o início da Gestão), a realização de investimentos em percentual ainda maior, se comparado ao exercício de 2019 (no qual, repita-se, as contas foram aprovadas), demonstrar que o Município inequivocamente trilhou E EFETIVAMENTE ALCANÇOU o caminho do tão almejado equilíbrio fiscal, E PRINCIPALMENTE, DA MELHORA GERAL DA GESTÃO, mostrando regularidade no que concerne aos precatórios; ao atendimento dos limites da LRF, bem como a conformidade em relação aos aspectos atinentes ao último ano da Gestão.

Ademais, também no que concerne especificamente à esfera qualitativa, há que ser acrescentado além da existência do conceito B, do i.Saúde, que é o segmento de grande importância, ainda mais considerando o contexto pandêmico que vivenciávamos, com a Covid-19 em sua mais grave fase, bem como a evolução, da nota C para a nota C+, do i.Planejamento, sem contar que mesmo em relação às demais vertentes, embora a manutenção da mesma nota de classificação, observa-se a “melhora na nota obtida/crescimento”, em relação à grande maioria deles,

demonstradas através do sinal indicativo 

Assim, mais uma vez, *data maxima venia*, repita-se: **NÃO SERIA UMA MEDIDA DE TEMPERANÇA, TAMPOUCO TENDENTE À JUSTIÇA E AO RECONHECIMENTO DA EVOLUTIVA GESTÃO QUE SEM DÚVIDA ALGUMA FOI IMPLEMENTADA, a de não sopesar todas as melhorias dentro das mais diversos aspectos experimentados em 2020, DE NÃO RECONHECER A SITUAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS,** justificando o parecer desfavorável apenas ante à nota/classificação C, no IEGM-geral, obtida pelo Município.

Até mesmo porque, no que se refere ao contexto geral C, no qual foi classificado o Município em 2020, não podemos deixar de sopesar a impossibilidade, em razão de todos o contexto pandêmico e de consequente calamidade que nos encontrávamos, bem como em face de tantas limitações naturalmente havidas (inclusive expressamente estabelecidas em nosso ordenamento jurídico, para enfrentamento de tão nefasta situação), de adotarmos diversas das condutas apontadas como falhas nos questionários de IEGM justificadores das notas obtidas.

A exemplo do acima exposto, tem-se o i-Educ, no qual o Município manteve a nota C, no qual certamente pode-se afirmar que diversos dos quesitos não pontuados, ou mesmo pouco pontuados, tal como a não implementação de programa de abandono das escolas (pois não foi possível nem a realização das aulas presenciais), a contratação de professores temporários (sendo que todas as contratações estavam vedadas pelo art. 8º, da LC nº 173/2020), a ausência de AVCB nas escolas, dentre inúmeros outros, **ocorreram justamente em face da situação de limitação, levando à situação de verdadeira impossibilidade de adoção de conduta diversa.**

No mesmo passo, no que tange à área da saúde, que sem embargo do reconhecimento, propriamente pelo n. Relator, do mérito havido pela obtenção da classificação B=muito efetiva, não podemos deixar de reconhecer que nos encontrávamos impossibilitados, por exemplo, de adotar providências para obtenção de AVCB, para controle de jornada dos médicos (que sem dúvida alguma em 2020 extrapolaram, TODOS, os seus horários regulares de trabalho, e falta de gestão dos insumos (cujo estoque igualmente foi descontrolado pela situação fática e de calamidade que enfrentávamos).

Ainda que tenhamos plena consciência da importância que representam os índices de efetividade da gestão municipal dentro do contexto da análise das contas anuais, POIS

NÃO HÁ DÚVIDAS DE QUE HOJE PRESENCIAMOS O RESULTADO DA EVOLUÇÃO DESSA E. CORTE QUANTO À ABRANGÊNCIA DE ANÁLISE DAS CONTAS ANUAIS DE SEUS JURISDICIONADOS, E COMO RESULTADO CERTAMENTE VEREMOS A EVOLUÇÃO, DOS MUNICÍPIOS, PARA ADEQUAÇÃO DE SUAS NOTAS, E CONSEQUENTEMENTE O ENORME BENEFÍCIO PARA A SOCIEDADE, **o fato é que, MORMENTE EM 2020, vivenciamos um contexto de exceção, e com isso um período em que quase 300 Municípios Paulistas foram classificados no conceito geral C, do IEGM**, muitos Municípios inclusive que, em situação muitas vezes inferior à que se apresentou Igarapava no mesmo exercício (ENCONTRANDO-SE INCLUSIVE EM RELAÇÃO AOS ASPECTOS FISCAIS E FINANCEIROS, EM SITUAÇÃO DE DESVANTAGEM, DIFERENCIANDO-SE DO CONTEXTO DE EVOLUÇÃO QUE É POSSÍVEL VISLUMBRAR NA GESTÃO DO PETICIONÁRIO), e mesmo assim receberam parecer favorável à aprovação de suas contas.

Como exemplo, cite-se trago à baila o Município de Anhembi, cujas contas, abrigadas no TC 3063,989.20-6, sob a Relatoria do Exmo. Conselheiro, Dr. Renato Martins Costa, **mesmo com a atribuição não apenas do Conceito Geral C, mas também das notas C para todas as demais dimensões do IEGM, obteve parecer favorável à sua aprovação das suas Contas Anuais, também relativas ao exercício de 2020, na Sessão da Segunda Câmara realizada na data de 22 de novembro de 2020.**

Ademais, Excelência, sopesando as complexas e obrigatórias adequações que o Município foi obrigado a realizar, **atinentes a pontos tidos como nevrálgicos no contexto de análise da regularidade das Contas**, resta também demonstrada a plausibilidade, não apenas da aplicação dos recentes dispositivos inseridos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, mas também e principalmente do justo, plausível e equilibrado entendimento, que felizmente vem, a cada dia mais, ganhando força no âmbito dessa E. Corte, **no sentido de reconhecer-se os obstáculos e dificuldades que cada dia em maior número vêm sendo impostos e consequentemente enfrentados pelo gestor**, materializado através do recente princípio, do “primado da realidade”, inserto em nosso em nosso Ordenamento Jurídico, **segundo o qual resta taxativamente disposto que, “Na interpretação das normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo do direito dos administrados”.**

Isso é o que, felizmente, temos não poucas vezes constatado, nas discussões levadas à efeito no âmbito das sessões das C. Câmaras e Pleno dessa E. Corte, que tanto vêm nos acrescentando em termos de aprendizado e ganho de experiência sobre verdadeiros valores jurídicos que passaram a ser açambarcados, no sentido de que a análise das Contas não podem mais ocorrer dentro de um critério meramente matemático e de verdadeiras “redomas”, onde são inseridos os atos, e assim classificadas suas regularidades, ou não, sem considerar-se o contexto, complexidade e multifacetadas de que se reveste a gestão.

Exemplo disso, Excelência, verifica-se dentro dos mais diversos temas e vieses de análise, como por exemplo, atualmente vislumbramos, a emissão de tantos outros pareceres favoráveis, onde, **inobstante a ocorrência de questões normalmente tidas**

como causas automáticas de reprovação de contas, tais como déficits financeiros muito além do reputado aceitável pela jurisprudência dessa E. Corte (às vezes 35, 45, ou até mais de 50 dias da arrecadação), do não atendimento integral da exigência do pagamento de precatórios, mas que, por outro lado, tal como podemos nos enriquecer das sábias ponderações trazidas pelo Exmo. Conselheiro, Dr. Antonio Roque Citadini, reconhecendo a existência e necessidade do elemento humano da relação, assim vivenciando e de alguma forma valorizando o esforço do gestor em melhorar, em resolver, em evoluir dentro do seu papel, e de acima de tudo agir com responsabilidade, independentemente, repita-se, do eventual não atingimento de algum índice ou quesito, REPUTAR REGULARES AS SUAS CONTAS.

Utilizando-se das mesmas referidas palavras, sabiamente proferidas pelo Conselheiro Decano dessa Corte, em complementação ao Voto proferido por Vossa Excelência no âmbito das supracitadas Contas da Prefeitura de Iguape, trata-se de “princípio que antecede eventuais números, que podem não ser rigorosamente atendidos, aqui, acolá. A administração se esforçou para melhorar, e melhorou. Possivelmente, se aplicássemos rigorosamente, sem ver essa realidade de melhora, o Município poderia ser prejudicado. E dentro dessa lógica que temos adotado, que também é nossa jurisprudência, de premiar o esforço quando a Administração se empenha para melhorar, está um caso que merece ser reconhecido”.

Outrossim, verifica-se outro exemplo claro e ainda mais patente desse entendimento e princípios sendo aplicados de forma justa, ponderada, e em inequívoca homenagem à mais moderna tendência de interpretação, cite-se, por grandemente oportuno, a recente decisão da 2ª C. Câmara dessa E. Corte, sob a relatoria do Exmo. Cons. Renato Martins Costa, em apreciação às Contas de 2019 do Município de Restinga (TC 4621.989.19), no âmbito das quais, mesmo diante de déficits orçamentário e financeiro, bem como diante a constatação de insuficiência de depósitos de precatórios, sendo pactuado parcelamento para tanto, bem como, inclusive, de um notório e de graves consequências descontrole de registros contábeis (que inicialmente havia levado à conclusão de uma aplicação no ensino inferior ao mínimo constitucional), foram aludidas falhas ao final relevadas, e emitido parecer favorável à aprovação de referidas Contas, justamente diante da demonstração de esforço, comprometimento e efetiva melhora do Município, empreendida pela gestão ao longo do mandato de seu responsável.

Senão, vejamos:

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. FALTA DE QUITAÇÃO INTEGRAL DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS. PARCELAMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS DENTRO DO EXERCÍCIO. DESCONTROLE CONTÁBIL, GERANDO FALTA DE APLICAÇÃO NO ENSINO GLOBAL DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL. FALHAS RELEVADAS. PARECER FAVORÁVEL.

Destaque-se, no referido Voto, importantes considerações tecidas pelo Exmo. Relator, ponderando, no bojo de seu Voto, após sopesar todas as dificuldades vivenciadas pelo Município, mas em contrapartida todo o histórico de sucessivos resultados desfavoráveis que justificam a demora de completo acerto das contas como um todo,

permanecendo ainda alguns desacertos (no pagamento dos precatórios, por exemplo, bem como nas graves inconsistências dos registros contábeis), ao final concluindo que: ***“É certo que será necessário muito empenho do atual gestor para que as situações econômica e financeira atinjam patamar satisfatório para a realização de investimentos destinados a melhorias e expansão dos serviços públicos essenciais, como Educação e Saúde; porém, o esforço empreendido até o momento deve ser reconhecido com a relevância da falta de liquidez imediata para dívidas de curto prazo e o pequeno aumento na dívida de longo prazo”.***

Prossegue o n. Relator, ao justificar seu posicionamento de relevar ponto tido como de flexibilização quase imutável, relativo à aplicação do ensino, **novamente demonstrando a importância da demonstração de esforço e boa-fé da Administração em regularizar a situação do Município como um todo, utilizando-se do seguinte raciocínio:**

“Consigno que é vedada a compensação de gastos do Fundeb com a aplicação de Recursos próprios e vice versa, contudo na particular situação dos autos, levando em conta todo o esforço do gestor em tentar minimamente equilibrar as contas municipais e, também, porque não houve prejuízo à sociedade visto que efetivamente a aplicação no ensino se mostrou maior que o mínimo no importe de R\$ 40.354,98, me animo a relevar excepcionalmente tal descontrole contábil, sem prejuízo de advertir à Origem para que tal impropriedade seja eliminada em definitivo de seus registros contábeis.”, ao final deliberando pela emissão de PARECER FAVORÁVEL à aprovação das Contas de Restinga, relativas ao mesmo exercício ora examinado³.

Destarte, Excelência, ante todos os argumentos aqui expostos, **e não nos olvidando que jamais houve aqui sequer alusão a qualquer atitude dolosa ou mesmo ilegalidade da parte da gestão, QUE AO REVÉS, SEMPRE SE MOSTROU NOTORIAMENTE COMPROMETIDA E PROATIVA, outro não pode ser o apelo do Peticionário, senão para que Vossa Excelência pondere tudo o que foi realizado, considere o enorme esforço empreendido e consideráveis resultados que foram alcançados ao longo dos quatro anos da Gestão, ao final concluindo que o presente Pedido de Reexame encontra condições de PROVIMENTO.**

ENCERRAMENTO

Nesse diapasão, por todas as considerações e documentos aqui trazidos, o que espera-se de Vossa Excelência é que nos seja dirigido um olhar mais condescendente, no sentido de, assim como se verifica dentro dos mais modernos conceitos de análise que vem sendo cada dia mais aplicados em julgamentos promovidos no âmbito dessa E. Corte de Contas, enxergar a gestão como um todo, açambarcando, para tanto, os recentes conceitos e princípios trazidos pela LINDB, em especial aqueles contidos em seu art. 22, segundo o qual, **“na interpretação de normas sobre gestão pública”**

³ Sessão da Segunda Câmara, de 23.11.2021.

dever-se-á efetivamente considerar *“os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados”*, e assim, no caso em tela, DIANTE DO CONTEXTO DE PATENTE REGULARIDADE NO QUAL SE APRESENTAM AS CONTAS EM APREÇO, COM INDISTINTAMENTE TODOS OS MAIS IMPORTANTES QUESITOS DE ANÁLISE EM PERFEITA ORDEM, reconhecer, além do esforço da gestão, que a situação em tela inclusive pode perfeitamente inserir-se dentro do contexto de “verdadeira impossibilidade de adoção de conduta diversa”, pugna o Peticionário pelo **PROVIMENTO DO PRESENTE PEDIDO DE REEXAME, posto que as Contas do Exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de Igarapava encontram condições de serem agraciadas com PARECER FAVORÁVEL** dessa Egrégia Corte de Contas, por medida de direito e justiça!

No mais, coloca-se a Municipalidade à inteira disposição de Vossa Excelência para esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários, renovando, nesta oportunidade, nossos protestos de alta estima e elevada consideração.

Atenciosamente.

JULIO CESAR MACHADO
OAB/SP Nº 330.136
(assina digitalmente)